



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

# **Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis DCON 2019**

**Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região**

**Porto Velho – RO**  
**Fevereiro/2020**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

**SUMÁRIO**

<b>I. INFORMAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>II. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....</b>	<b>5</b>
1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis .....	5
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis .....	5
<b>III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>11</b>
a. Balanço Patrimonial .....	11
b. Demonstração das Variações Patrimoniais.....	13
c. Balanço Orçamentário .....	16
d. Balanço Financeiro .....	18
e. Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	20
<b>IV. NOTAS EXPLICATIVAS.....</b>	<b>22</b>
1. BALANÇO PATRIMONIAL .....	22
NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	22
NOTA 2 – ATIVO IMOBILIZADO.....	23
NOTA 3 – PASSIVO CIRCULANTE.....	25
NOTA 4 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE .....	25
NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	26
2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	27
2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas .....	27
NOTA 6 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.....	27
NOTA 7 –TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS .....	27
NOTA 8 – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS .....	28
2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas .....	28
NOTA 9 - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS .....	28
3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	29
NOTA 10 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS .....	30
NOTA 11 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS .....	32



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

NOTA 12 - EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS .....	32
4. <b>BALANÇO FINANCEIRO</b> .....	32
NOTA 13 – Resultados do Balanço Financeiro .....	33
NOTA 14.1 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS .....	34
NOTA 14.2 - RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS .....	34
NOTA 14.3 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS .....	34
5. <b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b> .....	35
NOTA 15 – INGRESSOS .....	35
NOTA 16 – DESEMBOLSOS .....	35
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial .....	37
NOTA 17 – SALDOS E GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	37



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

**I. INFORMAÇÕES GERAIS**

O TRT14 - Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região, órgão da administração direta do Poder Judiciário, com sede em Porto Velho e jurisdição nos Estados de Rondônia e Acre, foi criado pela Lei nº 7.523 de 17 de julho de 1986 (publicada no Diário Oficial da União em 18 de julho de 1986) e instalado em Sessão Solene realizada no dia 28 de novembro de 1986. O órgão possui como missão institucional realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, com celeridade e efetividade, promovendo a paz social e o fortalecimento da cidadania.

A sua jurisdição abrange todos os 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado de Rondônia e todos os 22 (vinte e dois) municípios do Estado do Acre, totalizando 74 municípios, e, ainda, atende 15 (quinze) distritos, além de vilarejos e tribos indígenas, por meio das Varas Itinerantes. O TRT14 é composto por 32 (trinta e duas) Varas do Trabalho, sendo 23 (vinte e três) no Estado de Rondônia e 9 (nove) no Estado do Acre, com 4 (quatro) Fóruns Trabalhistas situados nas cidades de Porto Velho, Ariquemes e Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, e 1 (um) Fórum Trabalhista na cidade de Rio Branco, no Estado do Acre.

As atividades do TRT14 são exercidas por servidores públicos, regidos pela Lei nº 8.112/1990. As contratações de bens, serviços e obras necessárias à manutenção e ao aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais são realizadas em conformidade com os ditames da Lei 8.666/1993.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

## **II. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

### **1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis do TRT14 são elaboradas de acordo com as normas contábeis aplicadas ao setor público, especialmente, a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor público (NBC T SP 16), as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, em especial, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 8ª Edição, e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas pela Setorial Contábil CFIN/CSJT. Quanto aos orçamentos, são seguidas as Leis do Plano Plurianual - PPA, de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Orçamentária Anual - LOA.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

### **2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Justiça do Trabalho, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

- a. Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional do TRT14 é o Real.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

b. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto a Secretaria do Tesouro Nacional.

c. Créditos à curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de 13º salário e férias de servidores. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

d. Estoques

Compreende o saldo dos bens de consumo estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante utilização das contas de ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e. Ativo realizável à longo prazo

Compreendem os créditos de direitos a receber à longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que, quando existentes, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (a) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (b) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

f. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

h. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis e imóveis não cadastrados no SPIUNet

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis e imóveis não cadastrados no SpiuNet deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNet sobre o valor



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do TRT14 são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos (circulante e não circulante) apresentam a seguinte divisão: (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (II) empréstimos e financiamentos; (III) fornecedores e contas a pagar; (IV) obrigações fiscais; (V) obrigações de repartições a outros entes; (VI) provisões; e (VII) demais obrigações.

k. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (a) riscos trabalhistas; (b) riscos fiscais; (c) riscos cíveis; (d) repartição de créditos tributários; (e) provisões matemáticas; e (f) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

l. Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

m. Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

m.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o TRT14 e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o TRT14, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

m.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

**m.3) Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do TRT14.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

### III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### a. Balanço Patrimonial

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>		<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>NE</b>	<b>2.661.348,46</b>	<b>5.852.511,95</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	2.405.827,16	5.499.167,43
Demais Créditos e Valores à Curto Prazo		4.178,27	-
Estoques		251.343,03	353.344,52
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>79.189.277,79</b>	<b>77.901.984,69</b>
<b>Ativo Realizável à Longo Prazo</b>		<b>586.053,11</b>	<b>324.979,68</b>
Demais Créditos e Valores à Longo Prazo		586.053,11	324.979,68
<b>Imobilizado</b>	<b>2</b>	<b>76.329.197,18</b>	<b>75.596.370,70</b>
<b>Bens Móveis</b>		<b>22.582.454,40</b>	<b>21.766.616,36</b>
Bens Móveis		35.036.434,78	30.877.892,87
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-12.453.980,38	-9.111.276,51
<b>Bens Imóveis</b>		<b>53.746.742,78</b>	<b>53.829.754,34</b>
Bens Imóveis		54.410.152,75	54.410.152,75
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-663.409,97	-580.398,41
<b>Intangível</b>		<b>2.274.027,50</b>	<b>1.980.634,31</b>
Softwares		2.274.027,50	1.980.634,31
Softwares		2.274.027,50	1.980.634,31
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>81.850626,25</b>	<b>83.754.496,64</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.086.461,53</b>	<b>1.469.395,49</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3	630.122,66	1.188.397,20
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-	1.147,92
Provisões a Curto Prazo		1.798,03	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		454.540,84	279.850,37
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>401.949,85</b>	<b>47.722.806,11</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	4	401.949,85	47.722.806,11
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>1.488.411,38</b>	<b>49.192.201,60</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	5		
<b>Resultados Acumulados</b>		<b>80.362.214,87</b>	<b>34.562.295,04</b>
Resultado do Exercício		46.500.240,41	2.300.503,90
Resultados de Exercícios Anteriores		34.562.295,04	33.225.436,90
Ajustes de Exercícios Anteriores		-700.320,58	-963.645,76
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>80.362.214,87</b>	<b>34.562.295,04</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>81.850.626,25</b>	<b>83.754.496,64</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

b. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	NE	31/12/2019	31/12/2018
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>579.208.463,31</b>	<b>1.077.350.811,31</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>4.768.432,25</b>	<b>5.149.792,74</b>
Taxas		4.768.432,25	5.149.792,74
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>135.594,16</b>	<b>175.516,13</b>
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		135.594,16	175.516,13
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	6	<b>15.774,14</b>	<b>16.171,98</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		4.998,09	2.560,37
Variações Monetárias e Cambiais		10.776,05	13.611,61
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	7	<b>382.237.678,52</b>	<b>1.064.297.217,02</b>
Transferências Intragovernamentais		378.657.414,52	1.058.201.130,74
Transferências Intergovernamentais		3.579.049,00	6.089.991,28
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.215,00	6.095,00
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	8	<b>44.871.218,10</b>	<b>6.738.217,15</b>
Reavaliação de Ativos		-	875.397,15
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		44.871.218,10	5.862.820,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>147.179.766,14</b>	<b>973.896,29</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		147.179.766,14	973.896,29



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>532.708.222,90</b>	<b>1.075.050.307,41</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>240.892.409,77</b>	<b>233.250.101,16</b>
Remuneração a Pessoal		195.083.380,97	185.823.231,66
Encargos Patronais		33.655.128,25	32.463.241,91
Benefícios a Pessoal		12.153.900,55	14.963.627,59
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>84.456.673,97</b>	<b>72.349.080,31</b>
Aposentadorias e Reformas		75.362.605,23	63.432.336,01
Pensões		9.040.861,69	8.890.585,80
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		53.207,05	26.158,50
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>37.757.187,76</b>	<b>36.898.919,27</b>
Uso de Material de Consumo		831.324,09	1.084.687,98
Serviços		33.474.494,24	32.872.361,10
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.451.369,43	2.941.870,19
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>464,93</b>	<b>974,54</b>
Juros e Encargos de Mora		331,44	-
Variações Monetárias e Cambiais		133,49	974,54
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>168.337.685,45</b>	<b>729.463.709,36</b>
Transferências Intragovernamentais		168.337.685,45	729.359.680,12
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	104.029,24
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>9</b>	<b>714.210,12</b>	<b>1.626.602,92</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	30.000,00
Perdas com Alienação		14.959,79	-
Incorporação de Passivos		671.976,42	387.767,02
Desincorporação de Ativos		27.273,91	1.208.835,90



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

<b>Tributárias</b>	<b>270.981,14</b>	<b>245.013,82</b>
Contribuições	270.981,14	245.013,82
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>278.609,76</b>	<b>1.215.906,03</b>
Premiações	-	8.500,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	278.609,76	1.207.406,03
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>46.500.240,41</b>	<b>2.300.503,90</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

c. Balanço Orçamentário

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	-	-
DEFICIT		-	-	382.249.447,65	382.249.447,65
<b>TOTAL</b>		-	-	<b>382.249.447,65</b>	<b>382.249.447,65</b>

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		334.050.030,00	369.344.262,00	378.241.828,60	377.335.484,30	377.322.057,62	-8.897.566,60
Pessoal e Encargos Sociais		284.663.525,00	322.695.667,00	331.551.022,53	331.548.807,04	331.548.807,04	-8.855.355,53
Outras Despesas Correntes		49.386.505,00	46.648.595,00	46.690.806,07	45.786.677,26	45.773.250,58	-42.211,07
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>13.475.617,00</b>	<b>3.767.284,00</b>	<b>4.007.619,05</b>	<b>3.790.769,81</b>	<b>3.790.769,81</b>	<b>-240.335,05</b>
Investimentos	10	475.617,00	3.767.284,00	4.007.619,05	3.790.769,81	3.790.769,81	-240.335,05
Inversões Financeiras		13.000.000,00	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		<b>347.525.647,00</b>	<b>373.111.546,00</b>	<b>382.249.447,65</b>	<b>381.126.254,11</b>	<b>381.112.827,43</b>	<b>-9.137.901,65</b>
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		<b>347.525.647,00</b>	<b>373.111.546,00</b>	<b>382.249.447,65</b>	<b>381.126.254,11</b>	<b>381.112.827,43</b>	<b>-9.137.901,65</b>
<b>TOTAL</b>		<b>347.525.647,00</b>	<b>373.111.546,00</b>	<b>382.249.447,65</b>	<b>381.126.254,11</b>	<b>381.112.827,43</b>	<b>-9.137.901,65</b>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	11	-	1.819.127,20	1.529.610,08	1.529.610,08	216.219,04	73.298,08
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	1.819.127,20	1.529.610,08	1.529.610,08	216.219,04	73.298,08
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		-	758.651,24	758.651,24	758.651,24	-	-
Investimentos		-	758.651,24	758.651,24	758.651,24	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		-	2.577.778,44	2.288.261,32	2.288.261,32	216.219,04	73.298,08

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	12	-	4.140,29	4.140,29	-	-	
Pessoal e Encargos Sociais		-	2.000,00	2.000,00	-	-	
Outras Despesas Correntes		-	2.140,29	2.140,29	-	-	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		-	-	-	-	-	
Investimentos		-	-	-	-	-	
<b>TOTAL</b>		-	4.140,29	4.140,29	-	-	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

d. Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018
<b>Receitas Orçamentárias</b>	13	-	-
<b>Ordinárias</b>		-	-
<b>Vinculadas</b>		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	13	<b>378.646.216,05</b>	<b>1.058.191.634,89</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		376.703.682,87	1.057.882.839,12
Sub-repasse Recebido		376.703.682,87	1.057.882.839,12
Independentes da Execução Orçamentária		1.942.533,18	308.795,77
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		49.321,37	-
Demais Transferências Recebidas		931.844,26	151.990,61
Movimentação de Saldos Patrimoniais		961.367,55	156.805,16
<b>Recebimentos Extra orçamentários</b>	13	<b>160.710.301,70</b>	<b>15.715.949,70</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		13.426,68	4.140,29
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.123.193,54	2.577.778,44
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	14.2	4.115.809,04	742.274,16
Outros Recebimentos Extra orçamentários		155.457.872,44	12.391.756,81
Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento		259,16	-
Arrecadação de Outra Unidade		155.442.236,54	12.391.756,81
Demais Recebimentos		15.376,74	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>5.499.167,43</b>	<b>7.464.419,02</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.499.167,43	7.464.419,02
<b>TOTAL</b>		<b>544.855.685,18</b>	<b>1.081.372.003,61</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018
<b>Despesas Orçamentárias</b>	13	<b>382.249.447,65</b>	<b>1.064.901.865,93</b>
<b>Ordinárias</b>	14.3	<b>323.087.663,65</b>	<b>1.003.484.948,83</b>
<b>Vinculadas</b>		<b>59.161.784,00</b>	<b>61.416.917,10</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-	-
Previdência Social (RPPS)		55.549.009,00	52.310.179,00
Recursos de Receitas Financeiras		-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		3.612.775,00	9.106.738,10
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>153.788.021,45</b>	<b>6.396.706,03</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		165.947,91	-
Sub-repasse Devolvido		165.947,91	-
Independentes da Execução Orçamentária	14.1	153.622.073,54	6.396.706,03
Transferência Concedida para Pagamento de RP		49.321,37	-
Movimento de Saldos Patrimoniais		153.572.752,17	6.396.706,03
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
<b>Despesas Extra orçamentárias</b>	13	<b>6.412.388,92</b>	<b>4.574.264,22</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		4.140,29	115.127,42
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		2.288.261,32	3.641.343,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.115.809,04	742.274,16
Outros Pagamentos Extra orçamentários		4.178,27	75.518,81
Valores Compensativos		4.178,27	-
Demais Pagamentos		-	75.518,81
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>2.405.827,16</b>	<b>5.499.167,43</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.405.827,16	5.499.167,43
<b>TOTAL</b>		<b>544.855.685,18</b>	<b>1.081.372.003,61</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

e. Demonstração dos Fluxos de Caixa

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>NE</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		<b>1.456.080,78</b>	<b>2.925.281,95</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>15</b>	<b>538.219.638,37</b>	<b>1.071.325.665,86</b>
<b>Outros Ingressos das Operações</b>		<b>538.219.638,37</b>	<b>1.071.325.665,86</b>
Ingressos Extra orçamentários		4.115.809,04	742.274,16
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		378.646.216,05	1.058.191.634,89
Arrecadação de Outra Unidade		155.442.236,54	12.391.756,81
Demais Recebimentos		15.376,74	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>16</b>	<b>-536.763.557,59</b>	<b>-1.068.400.383,91</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-346.094.282,83</b>	<b>-1.028.861.236,77</b>
Judiciário		-246.453.550,77	-232.377.345,49
Previdência Social		-85.515.770,22	-74.080.621,35
Encargos Especiais		-14.125.221,00	-722.403.269,93
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		259,16	-
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-32.761.266,00</b>	<b>-32.324.648,14</b>
Intragovernamentais		-32.761.266,00	-32.324.648,14
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>		<b>-157.908.008,76</b>	<b>-7.214.499,00</b>
Dispêndios Extra orçamentários		-4.115.809,04	-742.274,16
Transferências Financeiras Concedidas		-153.788.021,45	-6.396.706,03
Valores Compensados		-4.178,27	-
Demais Pagamentos		-	-75.518,81
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-4.549.421,05</b>	<b>-4.890.533,54</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-4.549.421,05</b>	<b>-4.890.533,54</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-4.549.421,05	-4.655.675,63



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

Outros Desembolsos de Investimentos		-293.985,40	-234.857,91
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>17</b>	<b>-3.093.340,27</b>	<b>-1.965.251,59</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>5.499.167,43</b>	<b>7.464.419,02</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>2.405.827,16</b>	<b>5.499.167,43</b>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

**IV. NOTAS EXPLICATIVAS**

**1. BALANÇO PATRIMONIAL**

**NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O saldo de R\$ 2.405.827,16 (dois milhões quatrocentos e cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos) deste item corresponde a 90,40%, do montante de R\$ 2.661.348,46 (dois milhões seiscentos e sessenta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e seis centavos) do Ativo Circulante.

No Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região, este item, em moeda nacional, corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

Nas tabelas a seguir, visualiza-se sua composição:

**Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<b>Em R\$</b>		
<b>CONTA CONTÁBIL</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH%</b>
Limite de Saque com Vinculação de Pgto. - Ofss	2.405.827,16	5.499.167,43	-56,25%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A redução ocorrida em caixa refere-se principalmente ao pagamento de Restos a pagar, no montante de R\$ 2.292.401,61 (dois milhões duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e um reais e sessenta e um centavos) e a despesas de exercícios anteriores (pagamento de passivos de pessoal), no valor de R\$ 3.391.440,91 (três milhões trezentos e noventa e um mil, quatrocentos e quarenta mil reais e noventa e um centavo).

Além disso, houve pagamento de passivos de pessoal, cujo saldo era de R\$ 47.722.806,11 (quarenta e sete milhões, setecentos e vinte e dois mil, oitocentos e seis reais e onze centavos) em dezembro de 2018 e foi reduzido para R\$ 401.949,85 (quatrocentos e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) em dezembro de 2019, o que também contribuiu para que houvesse uma redução considerada no caixa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

A Tabela 2 demonstra a divisão e a evolução da conta limite de saque.

**Tabela 02 – Limite de Saque por Fonte de Recursos**

**Em R\$**

<b> FONTE DE RECURSOS</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH%</b>
00 - Recursos Ordinários	1.834.206,50	4.284.236,53	-57,19%
81 - Recursos de Convênios	125.380,59	655.639,23	-80,88
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	28.112,50	291.085,28	-90,34%
63 – Rec. Prop. Decor. Alien. Bens e Dir. do Part. Pub.	51.300,00	-	100,00%
50 - Recursos não - Financeiros Diretam. Arrecadados	366.827,57	268.206,39	36,77%
<b>TOTAL</b>	<b>2.405.827,16</b>	<b>5.499.167,43</b>	<b>-56,25%</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

**NOTA 2 – ATIVO IMOBILIZADO**

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade e representa 93,25% do Ativo Total pertencente ao TRT14.

O montante líquido de 2019, no valor de R\$ 76.329.197,18 (setenta e seis milhões, trezentos e vinte e nove mil, cento e noventa e sete e dezoito centavos) (Bens Móveis R\$ 22.582.454,40 (vinte e dois milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro e quarenta centavos) e Bens Imóveis R\$ 53.746.742,78 (cinquenta e três milhões, setecentos e quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e dois e setenta e oito centavos), em Imobilizado do Órgão está assim constituído:

**Tabela 03 – Bens Móveis**

**Em R\$**

<b>Bens Móveis</b>	<b>31/12/2019</b>			<b>31/12/2018</b>			<b>AH</b>
	<b>Valor Bruto</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>	<b>Valor Bruto</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>	
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7.027.633,98	1.385.964,30	5.641.669,68	4.735.720,98	956.968,39	3.778.752,59	49,29%
Bens de Informática	12.139.646,00	5.789.869,77	6.349.776,23	11.143.079,33	3.876.013,44	7.267.065,89	-12,62%
Móveis e Utensílios	7.617.590,20	2.299.621,54	5.317.968,66	7.319.165,35	1.673.807,70	5.645.357,65	-5,80%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.139.275,05	206.108,25	933.166,80	491.565,05	125.564,17	366.000,88	154,96%
Veículos	6.925.179,03	2.719.750,31	4.205.428,72	7.013.761,64	2.440.567,41	4.573.194,23	-8,04%



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

Bens Móveis em Almoxarifado	-	-	-	-	-	-	-
Demais Bens Móveis	295.623,52	52.666,21	242.957,31	174.600,52	38.355,40	136.245,12	-78,32%
Armamentos	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>35.144.947,78</b>	<b>12.453.980,38</b>	<b>22.690.967,40</b>	<b>30.877.892,87</b>	<b>9.111.276,51</b>	<b>21.766.239,36</b>	<b>4,25%</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

**Tabela 4 – Bens Imóveis**

**Em R\$**

Bens Móveis	31/12/2019			31/12/2018			AH
	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Especial	54.410.152,75	663.409,97	53.746.742,78	54.410.152,75	580.398,41	53.829.754,34	-0,15%
Bens Imóveis em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>54.410.152,75</b>	<b>663.409,97</b>	<b>53.746.742,78</b>	<b>54.410.152,75</b>	<b>580.398,41</b>	<b>53.829.754,34</b>	<b>-0,15%</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Nota-se uma variação positiva na depreciação acumulada dos bens móveis de 13,47%, enquanto que os bens móveis de apenas 36,69% conforme a tabela a seguir:

**Tabela 5 – Bens Móveis e Depreciação Acumulada**

**Em R\$**

CONTA CONTÁBIL	31/12/2019	31/12/2018	AH%
Bens Móveis	35.036.434,78	30.877.892,87	13,47%
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	12.453.980,38	9.111.276,51	36,69%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Houve um aumento no saldo de bens moveis decorrente de aquisições feita pelo TRT da 14ª região no exercício de 2019. Aumento esse nos itens:

- Equipamento de proteção, segurança e socorro;
- Equipamento de tecnologia da informação e comunicação;
- Mobiliário em geral;
- Equipamento para áudio, vídeo e foto.

Resultando no aumento da depreciação.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

**NOTA 3 – PASSIVO CIRCULANTE**

Houve uma redução de 46,98% nas Obrigações Trabalhistas Assistências a Pagar à Curto Prazo referente as férias a pagar que no exercício de 2019 foi pago no mês de dezembro, enquanto no exercício de 2018 foi pago no mês de janeiro de 2019.

**Tabela 6 – Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**

**Em R\$**

<b>CONTA CONTÁBIL</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH%</b>
211110101 – Salários, Remunerações e Benefícios	-	-	0,00
211110300 – Precatórios de Pessoal	630.122,66	-	100%
211421300 – PSSS-Contrib. s/ Vencimentos e Vantagens-Intra	-	-	0,00
211450402 – Contrib. ao RPPS-Pessoal Requisitado-Inter	-	-	0,00
211110103 – Férias a Pagar	-	1.188.344,72	-100%
211420101 – INSS – Contrib. S/Salarios e Remunerações	-	52,48	-100%
<b>TOTAL</b>	<b>630.122,66</b>	<b>1.188.397,20</b>	<b>-46,98%</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

**NOTA 4 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

O item Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Longo Prazo refere-se aos Passivos de Pessoal no TRT14 oriundos de processos administrativos, cuja contabilização está sendo realizada desde 2015, tendo como base a nova contabilidade pública preconizada pela legislação recente, consubstanciada no PCASP, em observância ao Acórdão n.º 1485/2012 – TCU – Plenário e seguindo os critérios do Regulamento recebido através da mensagem CFIN/CSJT n.º 53/2015.

O reconhecimento administrativo, a apuração dos valores e o pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos – a magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho seguem os critérios estabelecidos na Resolução CSJT n.º 137 de 30 de Maio de 2014.

Em 31/12/2019 o saldo das obrigações assumidas sem o respectivo crédito/passivo em longo prazo autorizado no orçamento é de R\$ 401.949,85 (quatrocentos e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) que representa 27% de todo o passivo exigível. Na conta contábil 221110400 (Obrigações Trabalhistas a Pagar) consta, nesta mesma data, o montante de R\$ 384.833,95 (trezentos e oitenta e quatro milhões, oitocentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos). Já na conta 221429800 (Outros Encargos Sociais - Intra OFSS) no valor de R\$ 17.115,90 (dezessete mil, cento e quinze reais



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

e noventa centavos) são relativos às Contribuições Patronais incidentes sobre os respectivos passivos trabalhistas. A seguir tabela com descrições detalhadas dessas obrigações:

**Tabela 7 – Detalhamento dos Passivos de Pessoal** **Em R\$**

<b>Natureza do Passivo</b>	<b>Valor</b>	<b>Patronal</b>	<b>Soma</b>
PASSIVO-PAEAUX - AUXILIO MORADIA - CLASSISTA	345.096,18	11.666,87	356.763,05
PASSIVO-DIFAFI-DIF.AD.FERIAS E IND.-SERVIDOR	26.102,99	3.010,43	29.113,42
PASSIVO-PPLACA-PLANO DE CARREIRA-SERVIDOR		2.438,60	2.438,60
PASSIVO-DIF13S - DIF.13º SALARIO - SERVIDOR	13.634,78		13.634,78
<b>TOTAL</b>	<b>384.833,95</b>	<b>17.115,90</b>	<b>401.949,85</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças/SIAFI

Nota-se redução de -99,16% (conforme tabela a seguir) correspondentes a R\$ 47.320.856,26 (quarenta e sete milhões, trezentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos) em função de desincorporações conforme a nota técnica SEOFI CSJT N° 1 de 5 de setembro de 2019.

**Tabela 8 – Passivos de Pessoal** **Em R\$**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH%</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Longo Prazo	401.949,85	47.722.806,11	-99,16%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças/SIAFI

### **NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Compreende o valor residual dos ativos deduzidos todos os passivos. O Patrimônio Líquido do Órgão totaliza R\$ 80.362.214,87 (oitenta milhões, trezentos e sessenta e dois mil, duzentos e quatorze e oitenta e sete centavos), constituído de Resultados Acumulados: do Exercício, de Exercícios Anteriores e de Ajustes de Exercícios Anteriores. A tabela a seguir apresenta cada valor dos itens que compõem o Patrimônio Líquido do TRT14:

**Tabela 9 – Resultados Acumulados** **Em R\$**

<b>Natureza do Passivo</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH%</b>
Resultado do Exercício	46.500.240,41	2.300.503,90	1.921,31%
Resultado de Exercícios Anteriores	34.562.295,04	33.225.436,90	4,02%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-700.320,58	- 963.645,76	-27,33%
<b>TOTAL</b>	<b>80.362.214,87</b>	<b>34.562.295,04</b>	<b>132,51%</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças/SIAFI

Observa-se que a variação positiva R\$ 45.799.919,83 (quarenta e cinco milhões, setecentos e noventa e nove mil, novecentos e dezenove reais e oitenta e três centavos),



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

referente aos ajustes de exercícios anteriores foi causado, principalmente, pelo pagamento de passivos de pessoal, (conforme consta na **NOTA - 3, TABELA – 6**).

## **2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

### **2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas**

#### **NOTA 6 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS**

Verifica-se na tabela abaixo que houve uma variação negativa de R\$ 2.835,56 (dois mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), em relação ao exercício de 2018, representada pelo percentual de 20,83%. Isso se deve pelo fato do ajuste da inflação que foi menor no exercício de 2019, resultando em uma contribuição menor do TRT da 14ª ao FUNPRESP-JUD.

**Tabela 10 – Variações Monetárias e Cambiais**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Em R\$
			AH%
Variações Monetárias e Cambiais	10.776,05	13.611,61	-20,83%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

#### **NOTA 7 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS**

Percebe – se uma diminuição acentuada de R\$ 679.543.716,22 (seiscentos e setenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e três mil, setecentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos) em comparação ao exercício de 2018, correspondente a 64,22%, pois em 2018 houve pagamentos de precatórios no valor de R\$ 715.456.884,60 (setecentos e quinze milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), o que elevou a despesa em comparação ao exercício de 2019, onde não houve nenhum pagamento desse montante.

**Tabela 11 – Receitas de Transferências e Delegações Recebidas**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Em R\$
			AH%
Transferências Intragovernamentais	378.657.414,52	1.058.201.130,74	-64,22%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

**NOTA 8 – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS**

O aumento no saldo da conta ‘Ganhos com Desincorporação de Passivo’ ocorreu pelo fato do desmembramento de passivos, conforme solicitado pela mensagem SIOFI 034/2019, tendo em vista que não havia previsões para o pagamento desses passivos. Com essa desincorporação, houve uma baixa na conta de passivo, fazendo que seu saldo fosse para a conta Ganha com Desincorporação de Passivos.

**Tabela 12 – Receitas de Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. De Passivos**

**Em R\$**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH%</b>
Ganhos com Desincorporação de Passivos	44.871.218,10	5.862.820,00	665,35%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

**2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas**

**NOTA 9 - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS**

Não houve nenhuma alteração na conta ‘Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas’ resultando saldo R\$ 0,00 em 2019.

O aumento na conta de incorporação de passivos foi motivado pelo registro de passivos com pessoal registrado conforme levantamento da folha e de acordo com a mensagem SEOFI/CSJT 034/2019.

Referente a conta perdas com alienação, houve um leilão de veículos cujo valor contábil era de R\$ 66.259,79 (sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos), mas foram vendidos pelo valor de R\$ 51.300,00 (cinquenta e um mil e trezentos reais), gerando uma perda no valor de R\$ 14.959,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta e nove reais).

Por fim, houve uma variação de R\$ 27.273,91 (vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e um centavo) na conta desincorporação de ativos. Essa variação se deve ao fato da baixa de R\$ 4.979,95 (quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos) referente a dois notebooks furtados. Um no valor de R\$ 3.686,13 (três mil seiscentos e oitenta e seis reais e treze centavos) e outro no valor de R\$ 1.048,70 (um mil e



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

quarenta e oito reais e setenta centavos). Além disso, houve a devolução referente à primeira parcela da FUNPRESP – JUD, conforme a mensagem SEOFI/CSJT 053, no valor de R\$ 22.293,96 (vinte e dois mil, duzentos e noventa e três mil e noventa e seis centavos),

O detalhamento da variação pode ser observado na tabela abaixo:

Natureza do Passivo	Tabela 13 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			Em R\$
	31/12/2019	31/12/2018	AH%	
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	30.000,00	-100%	
Incorporação de Passivos	671.976,42	387.767,02	73,29%	
Perdas com Alienação	14.959,79	-	100%	
Desincorporação de Ativos	27.273,91	1.208.835,90	-97,74%	
<b>TOTAIS</b>	<b>714.210,12</b>	<b>1.626.602,92</b>	<b>-56,09%</b>	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

### **3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias sendo confrontado o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é composto pelos quadros:

- Quadro Principal do Balanço Orçamentário;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados

O total de despesas empenhadas é superior à dotação atualizada porque nesta não estão incluídas as provisões recebidas R\$ 2.291.316,42 (dois milhões, duzentos e noventa e um mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos) e os destaques recebidos R\$ 13.155.950,54 (treze milhões cento e cinquenta e cinco mil novecentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

**NOTA 10 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

A tabela a seguir demonstra a execução da despesa, por origem de crédito:

**Tabela 14 – Despesas Executadas por Origem de Crédito**

**Em R\$**

<b>CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2019 E CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>							
<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Grupo Despesa</b>	<b>DOTACAO INICIAL</b>	<b>DOTACAO ATUALIZADA (a)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (b)</b>	<b>% (b)/(a)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS (d)</b>	<b>%(d)/(a)</b>
15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região	1 – Pessoal e Encargos Sociais	284.663.525,00	322.695.667,00	316.691.245,02	0,98	316.689.029,53	0,98
	3 – Outras Despesas Correntes	49.386.505,00	46.648.595,00	46.348.303,42	0,99	45.444.174,61	0,97
	4 – Investimentos	475.617,00	3.767.284,00	3.762.632,25	1,00	3.545.783,01	0,94
	5 – Inversões Financeiras	13.000.000,00	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>		<b>347.525.647,00</b>	<b>373.111.546,00</b>	<b>366.802.180,69</b>	-	<b>365.678.987,15</b>	-
<b>PROVISÕES RECEBIDAS</b>							
<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Grupo Despesa</b>	<b>DOTACAO INICIAL</b>	<b>DOTACAO ATUALIZADA (a)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (b)</b>	<b>% (b)/(a)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS (d)</b>	<b>%(d)/(a)</b>
15101 - Tribunal Superior do Trabalho	3 – Outras Despesas Correntes	-	-	178.505,65	-	178.505,65	-
	4 – Investimentos	-	-	244.986,80	-	244.986,80	-
71103 -Encargos Financ. da União-Sentenças Judiciais	1 – Pessoal e Encargos Sociais	-	-	1.867.823,97	-	1.867.823,97	-
<b>Subtotal</b>		-	-	<b>2.291.316,42</b>	-	<b>2.291.316,42</b>	-
<b>DESTAQUES RECEBIDOS</b>							
<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Grupo Despesa</b>	<b>DOTACAO INICIAL</b>	<b>DOTACAO ATUALIZADA (a)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (b)</b>	<b>% (b)/(a)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS (d)</b>	<b>%(d)/(a)</b>
26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia	1 – Pessoal e Encargos Sociais	-	-	89.422,13	-	89.422,13	-
22201 – Inst. Nacional de Coloniz. e Reforma Agraria	1 – Pessoal e Encargos Sociais	-	-	270.575,59	-	270.575,59	-
25303 – Instituto Nacional do Seguro Social	1 – Pessoal e Encargos Sociais	-	-	818.128,12	-	818.128,12	-
36211 - Fundação Nacional de Saúde	1 – Pessoal e Encargos Sociais	-	-	11.813.827,70	-	11.813.827,70	-
71103 -Encargos Financ. da União-Sentenças Judiciais	3 – Outras Despesas Correntes	-	-	163.997,00	-	163.997,00	-
<b>Subtotal</b>		-	-	<b>13.155.950,54</b>	-	<b>13.155.950,54</b>	-
<b>Total</b>		<b>347.525.647,00</b>	<b>373.111.546,00</b>	<b>382.249.447,65</b>	-	<b>381.126.254,11</b>	-

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

Quanto às dotações consignadas na LOA, o crédito totalizado importou em R\$ 373.111.546,00 (trezentos e setenta e três milhões, cento e onze mil e quinhentos e quarenta e seis reais), tendo sido empenhado o montante de R\$ 366.802.180,67 (trezentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e dois mil, cento e oitenta reais e sessenta e sete centavos). Verifica-se eficiência no planejamento e na execução da despesa, como pode ser visto na comparação entre a Despesa Empenhada e a Dotação Atualizada nos anos de 2017 a 2019, conforme tabelas a seguir:

**Tabela 15 – Dotação Atualizada e Despesas Empenhadas**

Em R\$

Grupo Despesa		1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTOS	5- INVERSÕES FINANCEIRAS	Total
<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>2019</b>	322.695.667,00	46.648.595,00	3.767.284,00	-	<b>373.111.546,00</b>
	<b>2018</b>	293.709.000,00	50.716.931,00	2.787.317,00	-	<b>347.213.248,00</b>
	<b>2017</b>	277.973.496,00	47.653.521,00	3.328.008,00	-	<b>328.955.025,00</b>
<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>2019</b>	316.691.245,00	46.348.303,42	3.762.632,25	-	<b>366.802.180,67</b>
	<b>2018</b>	287.669.046,83	49.484.392,01	2.766.042,43	-	<b>339.919.481,27</b>
	<b>2017</b>	275.488.758,74	46.785.476,55	3.314.827,01	-	<b>325.589.062,30</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

**Tabela 16 – Índices**

Grupo Despesa	ÍNDICES		
	% Dotação x Despesas Empenhadas		
	2019	2018	2017
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	98,13%	97,94%	99,11%
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	99,35%	97,57%	98,18%
4 - INVESTIMENTOS	99,87%	99,24%	99,60%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-
<b>Total</b>	<b>99,35%</b>	<b>97,90%</b>	<b>98,98%</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Considerando-se as despesas empenhadas nos exercícios de 2018 e 2019, têm-se as seguintes considerações:

- 1) O Grupo 1 – A Despesa com Pessoal apresentou uma variação positiva de 0,19% devido à incorporação da última parcela da Lei 13.317/2016, que alterou o vencimento dos servidores do Poder Judiciário, bem como o reajuste dos magistrados federais em janeiro de 2019.
- 2) O Grupo 3 – Outras Despesas Correntes apresentaram uma variação positiva de 1,78% resultado principalmente de reajustes de contratos e a eficiência na execução do orçamento, pois o Conselho Superior da Justiça do Trabalho orientou a inscrever uma quantidade mínima



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

de restos a pagar para o exercício de 2020, tendo em vista a restrição de limite de pagamentos imposta pelo teto dos gastos;

3) O Grupo 4 – Investimentos apresentaram uma variação positiva de 0,63 pois houve remanejamento de crédito relativo à aquisição do prédio que abrigaria todas as Varas do Trabalho da capital, a aquisição não foi efetuada e os recursos foram usados parcialmente nas atividades de despesas de capital do TRT da 14ª Região.

**NOTA 11 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

Verifica-se que em 2019 houve um excelente nível de execução dos Restos a Pagar, tendo em vista o alto índice de execução (88,77%) sobrando um saldo de apenas 2,84% para reinscrição e a não houve nenhuma reinscrição de empenhos de 2017.

Quanto à execução, houve uma melhoria da gestão, visto que o pagamento foi proporcionalmente maior, enquanto o percentual de cancelamento diminuiu.

**Tabela 17 – Execução de Restos a Pagar Não Processados**

RAP Não Processados							
Inscritos e Reinscritos		Pagos		Cancelados		Saldo	
Ano Insc.	R\$	R\$	%	R\$	%	R\$	%
2017	4.969.876,69	3.641.343,83	73,27%	1.328.532,86	26,73%	-	-
2018	2.577.778,44	2.288.261,32	88,77%	216.219,04	8,39%	73.298,00	2,84%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

**NOTA 12 - EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

Em relação aos Restos a Pagar Processados, foi pago o valor de R\$ 4.140,29 (quatro mil cento e quarenta reais e vinte e nove centavos) no exercício de 2019, ou seja, foi totalmente executado.

**4. BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios de recursos no exercício, sendo dividido em duas colunas, uma para os ingressos e outra para os dispêndios. As colunas são divididas em Receitas/Despesas Orçamentárias, Transferências Financeiras





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

Recebidas/Concedidas e Recebimentos/Despesas Extraorçamentários, conforme o caso. Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os relacionados a seguir.

A partir da análise do Balanço Financeiro é possível extrair os resultados: Orçamentário, Financeiro, das Transferências Financeiras e da Movimentação Extraorçamentária.

**NOTA 13– Resultados do Balanço Financeiro**

De acordo com o Balanço Financeiro, observa-se inexistência de receitas orçamentárias, pois o TRT14 não é agente arrecadador originário, ou seja, os recursos que custearam todas as suas despesas orçamentárias 2019 no valor de R\$ 382.249.447,65 (trezentos e oitenta e dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais sessenta e cinco centavos) e 2018 no valor de R\$1.064.901.865,93 (um bilhão, sessenta e quatro milhões, novecentos e um mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos) vieram de repasses da Setorial Financeira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

**Tabela 18 – Resultados**

	<b>Em R\$</b>	
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receitas Orçamentárias	0,00	0,00
(-) Despesas Orçamentárias	382.249.447,65	1.064.901.865,93
<b>Subtotal (Resultado Orçamentário)</b>	<b>-382.249.447,65</b>	<b>-1.064.901.865,93</b>
Transferências Financeiras Recebidas	378.646.216,05	1.058.191.634,89
Transferências Financeiras Concedidas	153.788.021,45	6.396.706,03
<b>Subtotal (Resultado das Transferências)</b>	<b>224.858.194,60</b>	<b>1.051.794.928,86</b>
Recebimentos Extraorçamentários	160.710.301,70	15.715.949,70
Despesas Extraorçamentárias	6.412.388,92	4.574.264,22
<b>Subtotal (Resultado Orçamentário)</b>	<b>154.297.912,78</b>	<b>11.141.685,48</b>
<b>Total</b>	<b>-3.093.340,27</b>	<b>-1.965.251,59</b>
Saldo Caixa para o Exercício Seguinte	2.405.827,16	5.499.167,43
Saldo Caixa do Exercício Anterior	5.499.167,43	7.464.419,02
<b>Total( Resultado Financeiro)</b>	<b>-3.093.340,27</b>	<b>-1.965.251,59</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Embora o resultado orçamentário tenha sido deficitário, tanto em 2018 quanto em 2019, os resultados das transferências financeiras e das movimentações extraorçamentárias foram superavitários, ou seja, houve ingressos de recursos que somados ao saldo inicial de caixa foram suficiente para cobertura de todas as despesas orçamentárias.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

O déficit observado no resultado financeiro de 2019 no valor de R\$ 3.093.340,27 (três milhões e noventa e três mil, trezentos e quarentas reais e vinte e sete centavos) foi suportado por superávits de exercícios anteriores, visto que o saldo de caixa ao final do exercício foi de R\$ 2.405.827,16 (dois milhões quatrocentos e cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos).

**NOTA 14.1 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**

As transferências financeiras concedidas referem-se à movimentação da conta Movimento de Saldos Patrimoniais, no valor de R\$ 153.788.021,45 (cento e cinquenta e três milhões, setecentos e oitenta e mil, vinte e um reais e quarenta e cinco centavos). O referido valor resulta da arrecadação de receitas do Tesouro Nacional com custas, emolumentos e outras taxas de natureza administrativa e indenizatórias.

**NOTA 14.2 - RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS**

Os recebimentos extraorçamentários sofreram um aumento no valor de R\$ 114.994.352,00 (cento e quatorze milhões, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais) correspondentes a aproximadamente 922,6%.

Esse aumento é resultado do cancelamento de precatórios que estavam depositados no Banco do Brasil, e foram contabilizados conforme a mensagem SEOFI/CSTJ 052/2019, nota técnica SEOFI.CSJT N.º3, de 28 de novembro de 2019, no valor de R\$ 146.476.004,41 (cento e quatorze milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quatro reais e quarenta e um centavos).

**NOTA 14.3 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

As despesas orçamentárias ordinárias somaram R\$ 323.087.663,65 (trezentos e vinte e três milhões, oitenta e sete mil, seiscentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos) no exercício de 2019 e tiveram uma baixa de aproximadamente 67,80% em relação ao exercício de 2018. Esta baixa foi ocasionada especialmente pela execução do Precatório nº 2039.1989.002.14-0, de outros órgãos da União, no valor de R\$ 712.691.669,00 (setecentos e doze milhões seiscentos e noventa e um mil e seiscentos e sessenta e nove reais).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

**5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro), bem como o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

**NOTA 15 – INGRESSOS**

O total de ingressos dos fluxos das atividades de operações foi R\$ 538.219.638,37 (quinhentos e trinta e oito milhões, duzentos e dezenove mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos) desse montante 64,22% teve como fonte geradora de caixa as transferências recebidas do Tesouro Nacional para suportarem as despesas liquidadas no exercício de 2019, R\$ 378.646.216,05 (trezentos e setenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, duzentos e dezesseis reais e cinco centavos).

**NOTA 16 – DESEMBOLSOS**

Os itens de consumo de caixa de valores mais representativos dos **fluxos de caixa das atividades de operações**, durante o exercício financeiro de 2019, compreendem:

- a) **Judiciário:** valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, não considerados os pagamentos das despesas com modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- b) **Previdência Social:** valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar da Ação relativa a pagamentos de Aposentadorias e Pensões Civis da União;
- c) **Encargos Especiais:** valores pagos no ano decorrentes da execução de créditos descentralizados destinados ao custeio de sentenças judiciais (precatórios e sentenças de pequeno valor);



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

d) **Transferências Concedidas (Intragovernamentais):** valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, com modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Assim, esses itens dos fluxos de caixa das atividades de operações contemplam desembolsos com Pessoal, Encargos Sociais e Outros Custeios, de acordo com a classificação funcional da despesa. A tabela a seguir retrata as ações governamentais do exercício e de restos a pagar realizadas no ano de 2019 dos itens Pessoal e Demais Despesas e Transferências Concedidas:

**Tabela 19: Desembolsos – Atividade de Operações**

**Em R\$**

Grupo Despesa		Ação	Despesas Pagas	RAP (Proc. e n Proc.)	Total
1	Pessoal e Encargos Sociais	Ativos Cíveis da União	199.814.403,84	2.000,00	<b>199.816.403,84</b>
		Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	31.358.855,47	-	<b>31.358.855,47</b>
		Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	85.515.770,22	-	<b>85.515.770,22</b>
		<b>Subtotal</b>	<b>316.689.029,53</b>	<b>2.000,00</b>	<b>316.691.029,53</b>
3	Outras Despesas Correntes	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	1.279.090,85	1.147,92	<b>1.280.238,77</b>
		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas	21.674.376,53	1.470.338,08	<b>23.144.714,61</b>
		Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação	969.903,60	28.660,55	<b>998.564,15</b>
		Capacitação de Recursos Humanos	708.413,14	8.887,31	<b>717.300,45</b>
		Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho	150.670,29	-	<b>150.670,29</b>
		Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	516.015,96	-	<b>516.015,96</b>
		Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	198.996,24	-	<b>198.996,24</b>
		Comunicação e Divulgação Institucional	-	20.410,41	<b>20.410,41</b>
		Assistência Médica e Odontológica de Cíveis – Complementação da União	9.811.587,70	-	<b>9.811.587,70</b>
		Assistência Pre - Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis de Empregados	1.360.804,91	-	<b>1.360.804,91</b>
		Auxílio Alimentação de Cíveis	8.707.681,66	-	<b>8.707.681,66</b>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

	Auxílio Funeral e Natalidade de Civis	53.207,05	-	<b>53.207,05</b>
	<b>Subtotal</b>	<b>45.430.747,93</b>	<b>1.529.444,27</b>	<b>46.960.192,20</b>
	<b>Total</b>	<b>362.119.777,46</b>	<b>1.531.444,27</b>	<b>363.651.221,73</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

No que tange aos **fluxos de caixa das atividades de investimentos** do exercício 2019 contemplaram desembolsos do Grupo 4 – Investimentos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 20 – Desembolsos – Atividade de Investimentos**

**Em R\$**

<b>Grupo Despesa</b>	<b>Ação</b>	<b>Despesas Pagas</b>	<b>RAP (Proc. e n Proc.)</b>	<b>Total</b>
<b>4 Investimentos</b>	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas	3.251.106,24	756.152,00	<b>4.007.258,24</b>
	Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação	294.676,77	2.499,24	<b>297.176,01</b>
	<b>Subtotal</b>	<b>3.545.783,01</b>	<b>758.651,24</b>	<b>4.304.434,25</b>
<b>Total</b>		<b>3.545.783,01</b>	<b>758.651,24</b>	<b>4.304.434,25</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

**NOTA 17 – SALDOS E GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O TRT14 aumentou o patrimônio em 2018 de R\$ 34.562.295,04 (trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e quatro centavos) para R\$ 80.362.214,87 (oitenta milhões, trezentos e sessenta e dois mil, duzentos e quatorze reais e oitenta e sete centavos), em decorrência do aumento no saldo de bens móveis e imóveis em 2019, mas o que realmente impacta no aumento do patrimônio líquido da entidade foi à quitação de passivos trabalhistas, conforme o quadro abaixo:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

<b>PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>AH%</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.086.461,53</b>	<b>1.469.395,49</b>	<b>-26,06%</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	630.122,66	1.188.397,20	-46,98%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	1.147,92	-100,00%
Provisões a Curto Prazo	1.798,03	-	100,00%
Demais Obrigações	454.540,84	279.850,37	62,42
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>401.949,85</b>	<b>47.722.806,11</b>	<b>-99,16%</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	<b>401.949,85</b>	<b>47.722.806,11</b>	<b>-99,16%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>1.488.411,38</b>	<b>49.192.201,60</b>	<b>-96,97%</b>

Na tabela a seguir, nota-se a variação de 57,40% na geração líquida de caixa de 2018 em relação a 2019, resultado de um menor repasse por parte do CSJT ao TRT da 14ª Região.

**Tabela 22 – Geração Líquida de Caixa**

<b>Descrição</b>	<b>Em R\$</b>		
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH %</b>
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-3.093.340,27	- 1.965.251,59	57,40%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial